

Os lugares da Ecologia Política na Educação Ambiental: Análise de um Grupo de Discussão de Pesquisa

The places of Political Ecology in Environmental Education: Analysis of a Research Discussion Group

Los lugares de la Ecología Política en la Educación Ambiental: Análisis de un Grupo de Discusión de Investigación

Anne Kassiadou Menezes¹
Angélica Cosenza²

Resumo

Este artigo apresenta reflexões e análises dos trabalhos e debates do Grupo de Discussão de Pesquisa (GPD) em Educação Ambiental e Ecologia Política, realizado em 2023 durante o XI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) no campus da Universidade Federal da Bahia, em Salvador (BA). Apresentamos, especialmente, reflexões sobre as possíveis conexões entre a Educação Ambiental (EA) e a Ecologia Política (EP) identificadas nas pesquisas e debates realizados no GPD. Foi possível perceber alguns lugares enunciativos desse encontro entre EA/EP a partir dos temas: conflitos ambientais, relações de poder, poéticas, agroecologia e processos formativos de sujeitos. As temáticas e referências teóricas dos trabalhos apontam que este diálogo é estabelecido a partir da macrotendência político-pedagógica da Educação Ambiental Crítica e da perspectiva latino-americana da Ecologia Política. Foi possível identificar que as metodologias incorporadas pelas pesquisas buscam diluir as fronteiras entre ciência, arte e os saberes populares. Reflexões acerca da noção de dignidade e da pedagogia do cotidiano das lutas se fez presente nos trabalhos e podem trazer importantes elementos para a práxis educativa ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Ecologia Política. Pesquisa. Relações de Poder. Dignidade.

Abstract

This article presents reflections and analyzes of the work and debates of the Research Discussion Group (GPD) in Environmental Education and Political Ecology, held in 2023 during the XI Research Meeting in Environmental Education (EPEA) on the campus of the Federal University of Bahia, in Salvador (BA). We present, in particular, reflections on the possible connections between Environmental Education (EA) and Political Ecology (PE) identified in the research and debates carried out at the GPD. It was possible to perceive some enunciative places of this meeting between EA/PE based on the themes: environmental conflicts, power relations, poetics, agroecology and subject formation processes. The themes and theoretical references of the works indicate that this dialogue is established based on the political-pedagogical macro-trend of Critical Environmental Education and the Latin American perspective of Political Ecology. It was possible to identify that the methodologies incorporated by the research seek to blur the boundaries between science, art and popular knowledge. Reflections on the notion of dignity and the pedagogy of everyday struggles were present in the work and can bring important elements to environmental educational praxis.

Keywords: Environmental Education. Political Ecology. Search. Power relations. Dignity.

¹ Doutora em Educação. Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde el Sur (GEASur/UNIRIO) e ao Projeto Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz/Ensp/Cesteh). E-mail: annekmenezes@hotmail.com.

² Professora Dra. da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental da UFJF. E-mail: angélica.cosenza@ufjf.br.

Resumen

Este artículo presenta reflexiones y análisis de los trabajos y debates del Grupo de Discusión en Investigación (GPD) en Educación Ambiental y Ecología Política, realizado en 2023 durante el XI Encuentro de Investigación en Educación Ambiental (EPEA) en el campus de la Universidad Federal de Bahía, en Salvador BA). Presentamos, en particular, reflexiones sobre las posibles conexiones entre Educación Ambiental (EA) y Ecología Política (EP) identificadas en las investigaciones y debates realizados en el GPD. Fue posible percibir algunos lugares enunciativos de este encuentro entre EA/EP a partir de los temas: conflictos ambientales, relaciones de poder, poéticas, agroecología y procesos de formación de sujetos. Las temáticas y referentes teóricos de los trabajos indican que este diálogo se establece a partir de la macrotendencia político-pedagógica de la Educación Ambiental Crítica y la perspectiva latinoamericana de la Ecología Política. Se pudo identificar que las metodologías incorporadas por la investigación buscan desdibujar los límites entre ciencia, arte y conocimiento popular. Las reflexiones sobre la noción de dignidad y la pedagogía de las luchas cotidianas estuvieron presentes en el trabajo y pueden aportar elementos importantes para la praxis educativa ambiental.

Palabras clave: Educación Ambiental. Ecología política. Investigación. Relaciones de poder. Dignidad.

1 Introdução

Em maio de 2023 foi realizado o XI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) no campus da Universidade Federal da Bahia, em Salvador (BA), cuja temática foi: *Pesquisa em Educação Ambiental, Antiecológico e Práxis Política: quais conhecimentos, para qual sociedade?*. O evento contribuiu para a integração de pesquisadores/as de diferentes áreas em torno de uma reflexão comum: analisar e compreender a conjuntura das pesquisas científicas do campo da Educação Ambiental (EA), buscando consolidar diálogos sobre convergências e distanciamentos das abordagens epistêmicas e metodológicas das pesquisas no campo.

Ao prosseguir com a estrutura original do EPEA adotada nas edições anteriores, o evento contou com os Grupos de Discussão de Pesquisa (GDPs) que são sessões organizadas para aprofundar discussões sobre temas considerados significativos para a pesquisa em EA. O presente artigo aborda os resultados do GPD *Educação Ambiental e Ecologia Política*, tratando, especialmente, sobre as possíveis conexões entre a EA e a Ecologia Política (EP) identificadas nas pesquisas e nos artigos submetidos ao EPEA em 2023, bem como uma síntese das discussões realizadas no referido GPD.

Este artigo apresenta-se organizado em três seções: a primeira traz um breve histórico do GPD *Educação Ambiental e Ecologia Política*, visando situar o/a leitor/a sobre as temáticas, convergências e debates que orientaram este GPD ao longo das edições anteriores do EPEA. A segunda seção apresenta uma reflexão dos trabalhos submetidos em 2023, retratando o teor das pesquisas, as temáticas emergentes e seus referenciais teóricos. Abordando a dinâmica das discussões realizadas nos encontros presenciais do GPD no XI EPEA, a terceira e última seção traz uma breve análise sobre os debates e as vivências do grupo, dando destaque para alguns aspectos centrais acerca da relação entre Educação Ambiental e Ecologia Política identificada nos trabalhos.

2 Fios e Tessituras na Educação Ambiental: contextualização do GDP Educação Ambiental e Movimentos Sociais ao GDP Educação Ambiental e Ecologia Política.

Um tópico interroga o outro, como se fosse um diálogo aberto entre cultura e natureza. Nossa “seta” não é linear, pois acreditamos na circunlinearidade das implicações dialógicas, ou seja, uma coisa sempre tem relação com a outra nas teias tecidas na Terra.

Michèle Sato (2018, em memória)³

Os Grupos de Discussão de Pesquisa (GDPs) do EPEA são sessões organizadas para aprofundar discussões sobre abordagens epistemológicas e metodológicas, bem como temas considerados significativos para a pesquisa em EA no país. Trata-se de uma proposta que compõe a estrutura original do EPEA, que possui um caráter dinâmico de socialização entre a comunidade de pesquisadores e oferta um aprofundamento dos debates. Partimos do GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais*, para apresentar, nesta seção, um breve histórico e algumas das temáticas e debates que orientaram este GDP ao longo dos últimos anos.

O GDP em *Educação Ambiental e Ecologia Política* no XI EPEA não se caracteriza como um espaço novo, mas, sim, um GDP fruto do processo reflexivo atravessado por edições anteriores do EPEA que abraçou o tratamento de temáticas distintas, a saber: *EA e Movimentos Sociais*, posteriormente, *EA, Movimentos Sociais e Justiça Ambiental* e, no ano de 2023, *EA e Ecologia Política*. Conforme a epígrafe deste artigo insinua, trata-se da produção de movimentos não lineares rumo a melhor acomodação dos trabalhos com o GDP identificados e nele apresentados.

Originalmente, as edições anteriores do EPEA contavam com o GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais*. No ano de 2015, este GDP teve incluída a temática da Justiça Ambiental em seu título, passando a ter a denominação GDP *Educação Ambiental, Movimentos Sociais e Justiça Ambiental*. Seguindo a natureza não linear deste GDP, nos anos de 2017 e 2019 (IX e X edições do EPEA), o GDP trouxe novamente a centralidade da relação entre EA e os movimentos sociais, voltando ao seu título originário: GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais*.

Por essa natureza dinâmica e atenta às tendências de pesquisa, observamos que se trata de um GDP que busca criar tessituras entre a EA e debates que emergem de outros campos científicos, assim como dos saberes populares. Neste caso, percebemos que a relação da EA com temas do campo da Ecologia Política ganhou importância ao longo das últimas edições do EPEA.

Em 2015, o VIII EPEA foi sediado no Rio de Janeiro e o evento teve como temática *A avaliação da década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e perspectivas futuras*. Na ocasião, conforme já relatado, o GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais* teve incluída a temática da Justiça Ambiental, o que em certa medida, conforme apontado por Layrargues e Puggian (2016), reconfigurou os sentidos desse GDP, uma vez que o debate sobre a relação entre a Educação Ambiental e os conflitos ambientais ganhou centralidade nas reflexões.

No artigo *Convergências na Ecologia Política: quando a Educação Ambiental abraça a Luta por Justiça Ambiental*, Layrargues e Puggian (2016), ao analisarem o conjunto dos 12 trabalhos submetidos ao GDP *Educação Ambiental, Movimentos Sociais e Justiça Ambiental* no VIII EPEA, destacaram que a maioria dos trabalhos estava alinhada com a perspectiva

³ Michèle Sato, Educadora Ambiental, Professora da Universidade Federal de Mato Grosso, falecida em maio de 2023 e que foi homenageada por educadores/as no XI EPEA.

crítica da Educação Ambiental. Neste mesmo contexto, segundo os autores, parecia estar em curso o desenvolvimento de narrativas que defendiam a necessidade e factibilidade de uma articulação efetiva entre a Educação Ambiental e a Justiça Ambiental, cuja ancoragem estava tanto na Educação Ambiental Crítica, quanto nas lutas em torno dos conflitos ambientais. De forma geral, os coordenadores avaliaram:

Em variados graus de ênfase, todos os trabalhos compartilharam dos fundamentos da Ecologia Política e evidenciam uma forte adesão ideológica à macrotendência Crítica da Educação Ambiental, explicitando um campo de pertencimento político-pedagógico que guarda grande afinidade com a Justiça Ambiental. Nitidamente, se situam no espectro do Socioambientalismo ou do Ecologismo Popular (Layrargues; Puggian, 2016, p.77).

Em 2017, no IX EPEA realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, o GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais* recebeu 13 trabalhos que abordavam as especificidades da relação entre Educação Ambiental e os Movimentos Sociais. Embora não tenha constado no título do GDP, a temática da Justiça Ambiental continuou tendo sua centralidade nos artigos submetidos, visto que o encontro da Educação Ambiental com os movimentos sociais trouxe um aprofundamento para debater o caráter pedagógico dos conflitos ambientais e da luta ambiental.

Como registrado por Layrargues e Puggian (2018) no artigo *A educação ambiental que se aprende na luta com os movimentos sociais: defendendo o território e resistindo contra o desenvolvimentismo capitalista*, os participantes do GDP continuaram buscando apoio nas teorias críticas, no Marxismo e na Ecologia Política para suas produções. Surgiu também o pós-colonialismo como outro campo conceitual que ofereceu contribuições à fundamentação teórica dos autores. A título de exemplo, foi apresentada a perspectiva da Educação Ambiental Decolonial de Base Comunitária e a Pedagogia da Resistência a partir deste léxico teórico político. De acordo com as análises de Layrargues e Puggian (2018), seis aspectos foram destacados com base nos trabalhos submetidos ao GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais* no IX EPEA, sendo eles:

A centralidade essencial que o ato pedagógico confere à Justiça Ambiental no conjunto do repertório temático explorado pela Educação Ambiental, a renovação do compromisso da macrotendência político-pedagógica Crítica com o estabelecimento de vínculos com os Movimentos Sociais, a Pedagogia da Resistência como a ideia-força estruturante da Educação Ambiental realizada pelos Movimentos Sociais, o amadurecimento do recente campo de pesquisa cuja especificidade está na análise científica da relação entre Educação Ambiental e Movimentos Sociais, a noção de Direitos Humanos como uma contribuição dos Movimentos Sociais que enriqueceu a práxis da Educação Ambiental e reciprocamente, o desvelamento das silenciadas lutas dos Movimentos Sociais como a colaboração da Educação Ambiental e, finalmente, as perspectivas que se abrem com o potencial diálogo entre a Educação Ambiental e a Geografia Crítica, apontando para novas convergências na Ecologia Política (Layrargues; Puggian, 2018, p. 145 – 146).

Em 2019, o GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais* teve a oportunidade de realizar seus debates e reflexões nas sessões presenciais ocorridas na décima edição do EPEA, em Sergipe. O artigo *Educação, Movimentos Sociais e Mulheres: Redes de Articulação e Resistência* apresenta reflexões sobre os seis artigos apresentados ao GDP e as discussões realizadas no momento presencial. No artigo, os autores destacam três tópicos baseados no registro das discussões do grupo, sendo eles: a natureza da EA que se promove no âmbito dos movimentos sociais; os processos metodológicos das pesquisas em EA com movimentos

sociais e a aproximação entre a EA vivida no âmbito dos movimentos sociais e aquela realizada por professores da educação básica.

Dentre o conjunto temático, o GDP destacou sete temas emergentes que foram abordados pelos autores na relação com a EA: territórios, feminismos e ecofeminismos, racismo ambiental, conflitos ambientais, paleontologia, desenvolvimento sustentável e poética(s). Dessas temáticas, a ação das mulheres e a dimensão pedagógica da luta ambiental foram as mais proeminentes, conforme registrado no trecho a seguir:

(...) os movimentos de mulheres, tal como a Marcha das Margaridas, são movimentos por justiça ambiental, pois denunciam a dominação feminina e da natureza; denunciam a necropolítica do capital; alertam para os limites do planeta; apontam para outras possibilidades de ser e estar no mundo; fomentam a produção de novas subjetividades; produzem uma pedagogia da luta, que pode inspirar e fecundar a educação ambiental (Layrargues; Puggian; Kassiadou, 2020, p. 59).

Embora a trajetória deste GDP aponte para inúmeras potências desta tessitura entre a Educação Ambiental, os movimentos sociais e as lutas por Justiça Ambiental, os participantes do GDP, em 2019, enfatizaram o tímido diálogo entre os saberes produzidos pelos movimentos sociais e a comunidade científica. Apontaram para a necessidade de formar novas relações entre pesquisadores/as, representantes dos movimentos e suas comunidades. Como proposta, recomendaram que os movimentos sociais e/ou populações tradicionais e indígenas fossem convidados para os próximos EPEAs para ocupar espaços de enunciação.

Cabe registrar que as recomendações dos participantes do GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais* foram apresentadas pela coordenação deste GDP durante as reuniões de organização do XI EPEA. Em 2023, o EPEA levou importantes lideranças de movimentos sociais, populações tradicionais e povos indígenas para as conferências e mesas de debates, visto a participação da liderança indígena e professor Edson Kayapó e Elionice Conceição Sacramento da Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras.

Após este breve relato, cabe ressaltar que essa seção não teve o objetivo de apresentar os resultados do GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais* das três últimas edições do EPEA, visto que já existe uma sistematização detalhada nos artigos supracitados. Contudo, é uma pequena passagem dos fios e das tessituras que envolveram os debates deste grupo. É possível considerar que essa caminhada do GDP reflete a própria consolidação do campo da Educação Ambiental em curso, que cria e recria seus vínculos teóricos e políticos, tenta aproximações com outros campos, estabelece vínculos e os desfaz, explora limites e possibilidade e assim segue, continuamente, se avaliando de acordo com as setas insinuadas na epígrafe deste artigo pela pesquisadora Michèle Sato.

Como coordenadores do GDP *Educação Ambiental e Movimentos Sociais*, Layrargues e Puggian (2016) provocaram a seguinte reflexão: Em que medida esse GDP, nos próximos EPEAs, poderia articular um conjunto temático, abrangendo tanto os Movimentos Sociais como a Justiça Ambiental? Pois, se, por um lado, os autores reconheciam a importância da reflexão sobre a natureza e especificidade da relação entre Educação Ambiental e Movimentos Sociais, por outro lado eles também destacavam ser igualmente importante refletir sobre a relação entre Educação Ambiental e Justiça Ambiental.

Tal reflexão provocou debates na plenária final do evento e a proposição de designar o GDP a partir da relação com o campo da Ecologia Política, que poderia agregar as temáticas consideradas relevantes e que tomaram parte da história do GDP. Nessa direção, houve o entendimento de que o GDP, no contexto do EPEA, vinha se tornando um local importante

neste processo de convergência teórico-conceitual na construção das pesquisas em EA no Brasil.

Neste caminho, para a décima primeira edição do EPEA, realizada no campus da Universidade Federal da Bahia, em Salvador (BA), o GDP *Educação Ambiental e Ecologia Política* apresentou a seguinte ementa:

Pesquisas em Educação Ambiental que dialoguem com temáticas sobre injustiça, conflito, desigualdade e racismo ambiental, território/territorialidade, movimentos sociais, ecologia de saberes, formação em contexto escolar e não escolar, relações de poder e ideologia no discurso ambiental, apontando para convergências com o referencial teórico do campo da Ecologia Política.

2 O que dizem os trabalhos do GDP *Educação Ambiental e Ecologia Política* no XI EPEA

Em 2023, o GDP *Educação Ambiental e Ecologia Política* recebeu 14 trabalhos, totalizando 34 autores, sendo 22 mulheres e 12 homens. Nove instituições da região Sudeste foram representadas nos artigos submetidos ao GDP, a saber: UFJF, UNIRIO, UFRRJ, UERJ, UENF, UFRJ, UFF, Unifase e Univale. Os grupos de pesquisa e coletivos estiveram representados por sujeitos ligados ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental (GEA/UFJF), Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde el Sur (GEASur/UNIRIO), Grupo de Ecologia de Ecossistemas Aquáticos Continentais (UFRJ), Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA/UENF), Núcleo de Referência em Educação Ambiental da UERJ e Projeto Pescarte (Petrobras).

De um ponto de vista analítico, num exercício de leitura densa e interpretativa dos sentidos de cada trabalho em suas aproximações e diferenças, é possível pensar alguns lugares enunciativos desse encontro EA/EP nos trabalhos apresentados e discutidos no GDP. Eles enunciam tais relações a partir de: conflitos ambientais, relações de poder, poéticas, agroecologia e processos formativos de sujeitos.

No âmbito da primeira temática, situamos quatro trabalhos, apesar de considerarmos que o tema *conflitos ambientais* atravessam outros trabalhos do GDP, porém com menos centralidade. Aqui, posicionamos trabalhos que analisam conflitos específicos, ora os descrevendo pelo viés da EP, ora pautando mais diretamente as implicações de conflitos à construção de conhecimento e à EA. Passamos a apresentá-los.

A partir de um caso de conflito ambiental que envolve grupos de proteção animal e carroceiros e charreteiros de Juiz de Fora, Minas Gerais (MG), exposto no trabalho *Saberes, Conflitos e Narrativas da Comunidade Carroceira*, Gustavo Taranto Epprecht, Angélica Cosenza Rodrigues e David Lenis Damaceno de Castro (2023), pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental da UFJF (GEA/UFJF), apresentam a análise de conteúdo de um formulário respondido por sujeitos da comunidade carroceira, orientada por discussões da Ecologia Política e da Educação Ambiental Crítica. Trata-se de um artigo que se insere no contexto do projeto de iniciação científica *Saberes, conflitos e narrativas da carroça: onde a cidade se movimenta*, do GEA/UFJF. O recorte da pesquisa teve por objetivo apresentar parte dos dados de mapeamento dos carroceiros de Juiz de Fora, em termos de seus condicionantes sociais, econômicos, territoriais, e discutir o papel do conflito socioambiental, que opõe protetores animais aos carroceiros, na constituição de seus saberes e modos de vida.

Apostando no diálogo entre a Educação Ambiental Crítica, a Ecologia Política e autores da decolonialidade, a investigação recai sobre o problema social de invisibilização e subalternização dos modos de vida dos carroceiros deste município, de modo a identificar os discursos e práticas sociais que geraram ou subverteram esse problema. Epprecht, Cosenza e

Castro (2023) concluem que a luta dos carroceiros está inserida no contexto das lutas dos povos tradicionais e povos oprimidos, pela permanência de modos de vida que não interessam ao projeto moderno/colonial. Os autores pontuam que um dos elementos da luta dos carroceiros de Juiz de Fora está na resistência de manter viva suas histórias e lembranças, mesmo em situação de invisibilização. Nisso apontam uma das intencionalidades da Educação Ambiental: a articulação de histórias e memórias para construir, junto dos sujeitos individuais e coletivos, ações educativas que fortaleçam a vitalidade e a luta da comunidade carroceira.

No trabalho *Conflitos, vulnerabilidades e resistências na Baía de Guanabara e Sepetiba/RJ*, Patricia de Oliveira Plácido e Elza Maria Neffa Vieira de Castro analisam conflitos, projetos e práticas instaurados em territórios de conflitos ambientais, sendo mais especificamente, no entorno das baías de Guanabara e Sepetiba, no Rio de Janeiro (RJ). A pesquisa teve por objetivo caracterizar o cenário de resistência aos conflitos que envolve pescadores artesanais destes territórios, investigando os atores sociais mais vulnerabilizados pelos tensores (Estado, Siderurgias e Indústrias) e suas resistências. Pautado, especialmente, pelos referenciais teóricos da Ecologia Política, a pesquisa analisou algumas iniciativas da Baía de Guanabara e Sepetiba e seus processos e práxis socioambientais alternativas ao modelo capitalista de produção. Além dos coletivos socioambientais do território, Plácido e Castro (2023) identificaram Universidades, Organizações Não Governamentais (ONGs) e atores relacionados com Áreas de Proteção Ambiental (APAs), que, segundo suas observações, contribuíram para fortalecer as discussões locais, direcionar ações democráticas e apontar caminhos vinculados à proposta de sustentabilidade democrática. As autoras finalizam a reflexão destacando que a identificação de processos socioambientais nestes territórios demandou uma compreensão sobre as formas de organização social, os modelos de gestão que ampliam mecanismos de participação cidadã e as práticas comprometidas com a inclusão social.

O artigo *Conflitos ambientais da desterritorialização de Itueta/MG: possibilidades para a Educação Ambiental Crítica*, Thiago Martins Santos, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental da UFJF (GEA/UFJF), apresentou o caso que envolve os conflitos ambientais do processo de desterritorialização de Itueta (MG). Em resumo, a população urbana da cidade, no fim da década de 1990, foi informada sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHE Aimorés) pelo Consórcio Vale-Cemig e sobre as implicações desse projeto, como a necessidade de desconstrução da cidade e a sua consequente realocação. Esse processo gerou uma série de conflitos ambientais opondo moradores e Consórcio. Com um olhar sensível para o território, o pesquisador trouxe a ótica de líderes da Associação de Moradores de Itueta (AMI) para analisar a questão. O pesquisador produziu dados a partir de entrevistas narrativas, examinando-os por meio da análise temática.

Como referencial teórico, o artigo apresenta discussões da área dos Estudos Territoriais e da Educação Ambiental Crítica, em diálogo com a Ecologia Política. Ao abordar o caráter educativo dos movimentos sociais com base na obra de Maria da Glória Gohn (2009), o autor refletiu sobre as possibilidades para a Educação Ambiental Crítica que emergem deste território e concluiu que os conflitos ambientais possuem uma dimensão político-pedagógica que favorece a formação ecopolítica dos sujeitos do estudo, contribuindo para a luta dos sujeitos mais vulnerabilizados e para a promoção da justiça ambiental.

No último artigo compreendido dentro da temática Conflitos Ambientais está *Ordenamento Pesqueiro e o Colonialismo: desterritorialização e R-Existências na comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira - Cabo Frio, RJ*, da autoria de pesquisadores do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA), pertencente à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), que firmou em 2014, um convênio com a empresa Petrobras para o desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental (PEA) Pescarte. Nele, Naetê Barbosa Lima Reis *et al* discutem o modo como a

dominação colonial estabelecida a partir do século XV, mantém-se como elemento fundante da racionalidade moderna ocidental, atuando de forma tão invisível quanto eficiente na produção de subalternidades. Para tanto, os autores destacam o processo de des-territorialização de comunidades pesqueiras artesanais ao analisar a imposição do período de defeso na Lagoa de Araruama-RJ a partir das narrativas da comunidade pesqueira artesanal da Praia do Siqueira, localizada as suas margens. Usando o aporte conceitual da EP, discutem que, apesar da violência, os espaços pesquisados são percolados por práticas de r-existência.

Na temática *poéticas* posicionamos dois artigos que tratam de produções artísticas na relação com a EA. Podemos afirmar que as produções retratadas, analisadas pelos artigos aqui posicionados, (re)educam nosso olhar a perceber existências invisibilizadas que constituem espaços e textos, fazendo o movimento defendido por Sato e Passos (2009) de perceber o ambiente não apenas pelo olhar da tragédia, mas também pela beleza revolucionária de relações na/com a natureza que vão para além do capital. Nesse sentido, no artigo *A favela é o quintal onde jogam os lixos: cinema, literatura, educação e injustiça ambiental*, Caroline Martins Brandão e Maria Jacqueline Girão Soares de Lima (2023) exploram o potencial de diálogo entre a arte, a Educação Ambiental Crítica e conceitos da Ecologia Política, tais como injustiça ambiental, racismo ambiental, zona de sacrifício, sofrimento ambiental e territórios periféricos. Marcado pela indagação: *quais conhecimentos para qual sociedade?*, as autoras abordam a problemática ambiental a partir da literatura e do cinema, revelando a potência e a relevância da narrativa como metodologia de aprendizagem.

Por meio do estudo de obras literárias e cinematográficas, mais especificamente, o filme *Lixo Extraordinário* (Lucy Walker, 2010) e o livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (Carolina M. de Jesus, 1960), o artigo desvenda as múltiplas facetas de casos que envolvem injustiça e racismo ambiental em territórios configurados como zonas de sacrifício. A título de exemplo, Brandão e Lima (2023) destacam que a favela retratada por Carolina, assim como inúmeras favelas de ontem e hoje, constituem muito frequentemente zonas de sacrifício, casos flagrantes de injustiça e racismo ambiental. Um dos objetivos da pesquisa apresentada é contribuir com a problematização das opressões vividas a partir da elaboração de narrativas reflexivas pelos sujeitos. Brandão e Lima (2023) apresentam, ainda, o objetivo de explorar as obras como recursos pedagógicos em seu potencial de diálogo com a EA Crítica e com conceitos da Ecologia Política, sobretudo em ambientes escolares periféricos. Mais do que a denúncia ao sistema opressor, as autoras com forte afinidade ao pensamento freiriano, anunciam potencialidades com o uso de recursos pedagógicos na Educação Ambiental que dialogam com as realidades territoriais. Reforçam a potência do emprego de obras literárias e cinematográficas no sentido de propiciar o desenvolvimento múltiplo da linguagem, ao mesmo tempo em que se problematiza a realidade opressiva. Brandão e Lima (2023) argumentam, ainda, que esses recursos pedagógicos contribuem para realizar debates sobre injustiça ambiental ao mesmo tempo em que se explora o potencial imaginativo e de criação de educandos e educandas em uma pedagogia do esperar.

Também dentro desta temática, no ensaio *O que há no canto da lama?* Clementino de Jesus Junior, pesquisador do GEASur/UNIRIO, se propõe a discutir sobre Educação Ambiental e Cinema Ambiental ressaltando o audiovisual em seu potencial comunicador e como metodologia de produção de memória no território. A partir do caso que envolveu o crime ambiental do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana, Minas Gerais (MG), o autor ressalta que os atingidos por barragens foram deslocados de espaços onde constituíram sua existência. Neste caminho de reflexão em sua pesquisa empírica, ele reforça que para além de provocar a perda material de posses, os atingidos passaram por perdas ligadas à sua existência e por um sequestro do plano de vida. Em seu referencial teórico, o artigo traz autores da Ecologia Política a partir de conceitos como conflito ambiental, zonas de sacrifício, injustiça e racismo ambiental. No diálogo com a Educação Ambiental, encontramos

referenciais que situam a pesquisa na tendência crítica e decolonial. Trazendo aportes teóricos de diferentes campos científicos para analisar o crime em MG, o autor cita Pereira (2020) para tratar sobre as *perdas ecossistêmicas* e o conceito de *semiocídio ontológico* de Muniz Sodré (2017).

Ao salientar que houve um processo de desterritorialização em Mariana (MG), o autor dialoga com Milton Santos (2006) e defende que este crime ambiental revelou o fenômeno do *brutalismo* e da *necropolítica*, de Achille Mbembe (2016, 2021). Ao colocar suas lentes nas brechas do território atingido, o autor revela o conceito de *Terreexistência*, de Luiz Rufino e colaboradores (2020) e os *direitos biocósmicos* em diálogo com a filosofia africana de Bas'llele Malomalo (2019). Em seu artigo, o pesquisador-educador-cineasta desvenda algumas facetas desta relação entre a Educação Ambiental e o Cinema Ambiental, buscando atribuir sua potência emancipatória e contra hegemônica. Para tal, propõe práticas de Educação Ambiental a partir do *Cinema Ambiental desde el sur*, onde, segundo o autor, através de uma cartografia colaborativa emerge uma pedagogia dos sujeitos do território enquanto educadores, narradores e donos de seu destino.

Já na temática *relações de poder*, posicionamos quatro artigos que buscam denunciar modos de opressão provenientes de relações de poder assimétricas que reprimem e subjagam conhecimentos e sujeitos, para anunciar caminhos alternativos de construção de EA crítica e meios de vida sustentáveis. Nessa direção, o trabalho *Quilombo como movimento socioterritorial e socioambiental: potencialidades do quilombismo no combate ao racismo ambiental*, de Fernanda Ciriaco de Oliveira e Vicente Paulo dos Santos Pinto, tem como objetivo traçar um diálogo entre a essência dos territórios quilombolas como movimento socioterritorial baseado na ancestralidade e no movimento afrodiaspórico do quilombismo.

Os autores argumentam o anúncio e a potencialidade destes movimentos para combater injustiças ambientais e raciais, com destaque para o racismo ambiental. Através de uma pesquisa bibliográfica apresenta-se conceitos como território, quilombismo, racismo ambiental, (in) justiça ambiental, ancestralidade, ecologismo dos pobres, condenados da terra, dentre outros, onde os autores alertam a luta e a ação combativa desses conceitos para o fortalecimento de uma coletividade contra-hegemônica. No referencial teórico, o trabalho apresenta diálogos entre Frantz Fanon, Abdias do Nascimento, Maria Beatriz Nascimento e autores contemporâneos da Ecologia Política e da Educação Ambiental Crítica, indicando a potência de um movimento socioterritorial e ambiental iluminado pelas filosofias afrodiaspóricas e do quilombismo. Neste caminho, Oliveira e Pinto (2023) defendem que os movimentos afrodiaspórico e do quilombismo são como guias para o enfrentamento das injustiças e do racismo ambiental em diferentes escalas e realidades. Concluem o artigo ressaltando que a *Ecologia Política e a Educação Ambiental (crítica) são campos-chave para o fortalecimento e caracterização do Quilombismo como movimento socioterritorial e socioambiental (não dissociado) revolucionário capaz de desenhar uma nova sociedade afrodiaspórica e decolonial* (Oliveira; Pinto, 2023).

No âmbito desta temática, situa-se o trabalho *Os discursos da mineração e seus efeitos à educação ambiental* da autoria de Viviane Amélia Ribeiro Cardoso e Angélica Cosenza, pesquisadoras do GEA/UFJF. O trabalho, de natureza teórica, tem por objetivo compreender os discursos da mineração e seus efeitos no campo da EA. A partir da perspectiva teórico-metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD), as autoras discutem: 1) discursos da mineração, mobilizadas pelos conceitos de hegemonia e ideologia; 2) impactos de significações discursivas de empresas de mineração à educação ambiental.

Assumem que discursos mobilizados por empresas de mineração refletem forças ideológicas e hegemônicas que perpassam práticas de educação ambiental, em sentidos que versam sobre a educação para o desenvolvimento sustentável, apartando seus impactos e conflitos. Nessa direção, denunciando discursos ideológicos de dominante do setor da

mineração, as autoras anunciam possibilidades outras para pensar a teoria e a prática em EA, considerando alternativas de emancipação socioambiental.

Também partindo do aporte teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso e do posicionamento teórico-metodológico do mesmo grupo de pesquisa, qual seja, o GEA/UFJF, o trabalho *Paleontologia e Educação Ambiental: discursos e significações em Material Educativo Informativo na Rota das Grutas Peter Lund, MG* de autoria de Camila Neves Silva e Angélica Cosenza Rodrigues, busca compreender nos materiais educativos informativos em Rota das Grutas Peter Lund (RGPL), em Minas Gerais, considerado um geossítio paleontológico, discursos relacionados à EA. As autoras problematizam a presença nos materiais de representação discursiva de grupos hegemônicos em discursos conservadores reproduzindo uma lógica capitalista, discriminatória e acrítica. Ao denunciar o modo como a ciência tradicional paleontológica se revela distante da realidade social dos geossítios, as autoras apontam a importância do anúncio de possibilidades outras em materiais educativos, através da EA em aproximação com a Ecologia Política, buscando justiça ambiental e participação comunitária em geossítios brasileiros.

Ainda dentro dessa temática o artigo *Educação Ambiental e a luta dos povos indígenas* denuncia o ecogenocídio de povos indígenas impactados pelo racismo ambiental. Os autores Bárbara Pelacani e Emerson Ferreira Guerra afirmam que os povos indígenas e suas trajetórias de resistência são fortes inspirações para a EA, enquanto referencial para compor um enfrentamento à atual crise. O trabalho tem como campo de estudos o Acampamento Terra Livre (ATL) realizado em Brasília, no ano 2022. Em sua metodologia, os autores analisam ações e documentos produzidos no âmbito da ação política indígena, a partir de dados coletados através do caderno de campo e registros fotográficos. Nesse caminho, descrevem e reconhecem as forças que emergem do movimento dos povos originários para o enfrentamento aos conflitos e injustiças socioambientais. Contudo, sustentam suas análises com base na EA de Base Comunitária em articulação com a Ecologia Política para mirar outras formas de atuação política diante da crise socioambiental.

A temática *agroecologia* concentra dois trabalhos ligados ao GEA/UFJF e sob aporte teórico metodológico que explora a linguagem na significação de fenômenos educativos ambientais. O primeiro de autoria de Fernanda Vandanezi e Angélica Cosenza, denominado *A feira agroecológica orgânica enquanto espaço de educabilidade: o que documentos internos da Associação MOGICO anunciam?*; e o segundo chamado *Plantas Alimentícias Não Convencionais nos Quintais: as educabilidades das grietas no sistema agroalimentar*, de autoria de Cristina Schittini e Angélica Cosenza.

O primeiro trabalho busca analisar discursos presentes em documentos de um movimento social denominado MOGICO - Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico - da cidade de Juiz de Fora, MG, partindo da Análise Crítica de Discurso (ACD), a fim de compreender se neles possibilidades educativas entre produtores/as e consumidores/as são anunciadas. O trabalho parte do problema social que diz respeito a destituição da potência educativa transformadora frente aos contextos hegemônicos ilustrados pela potência da agricultura industrial, pelo antiecológico que plana sobre o contexto ambiental brasileiro e os discursos midiáticos do sistema agroalimentar hegemônico. Nesse sentido, denuncia o discurso do agronegócio e aposta na potência educativa da Agroecologia em suas possibilidades formativas oportunizadas pela subversividade contra hegemônica de uma feira agroecológica, enquanto um importante espaço que possibilita questionamentos relacionados às desigualdades e à conjuntura que as fomenta.

Já o segundo trabalho desta temática busca investigar processos de educabilidade em quintais com Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC). Também, a partir da Análise de Discurso Crítica, este trabalho analisa discursos de sujeitos que possuem quintais com PANC na cidade de Simão Pereira/MG, com o objetivo de identificar fissuras/*grietas* no

sistema agroalimentar hegemônico capazes de resistir à negação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assim como auxiliar o pensamento crítico alinhado à Educação Ambiental. A EA defendida no trabalho é de tendência crítica, alinhada à Ecologia Política. As autoras afirmam que os quintais com PANC, quando considerados espaços contra hegemônicos, são espaços férteis para uma educação emancipadora, transformadora e para a liberdade, desvelando o poder do sistema agroalimentar hegemônico e seus projetos ideológicos.

Por fim, a temática *processo formativo de sujeitos*, concentra dois trabalhos. O primeiro denominado *A práxis na formação coletiva de educadoras ambientais comunitárias em Magé, RJ*, autoria de Carolina Alves de Oliveira, Bárbara Pelacani e Celso Sánchez, pesquisadores do GEASur/UNIRIO, buscou analisar o processo formativo da organização comunitária das mulheres da ONG Água Doce, município de Magé (RJ), através da identificação de práxis socioambientais presentes na estruturação de propostas educativas dialógicas. Os autores descrevem experiências das rodas de estudo, que são analisadas à luz dos círculos de cultura de Paulo Freire. Nos resultados da investigação, o diálogo de saberes e a integração entre o comunitário e o ambiental, despontam como percursos práticos de formação coletiva de educadoras ambientais. Os autores indicam que estes são processos de Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC) contextualizados aos territórios e que fortalecem a atuação comunitária das mulheres, reconhecidas por suas importantes ações de organização que ampliam a resistência nos territórios. Os autores denunciam o constante apagamento de conhecimentos tradicionais, a marginalização das resistências populares, o impedimento da existência de diferentes modos de vida, culturas e cosmovisões de comunidades e grupos populares, mas anunciam que tais grupos vêm procurando processos formativos de capacitação, com o intuito de compreender a complexidade ambiental que os rodeiam e enfrentar de forma eficaz os conflitos e injustiças ambientais em seus territórios.

Como parte desta temática acerca da formação, o trabalho *Educação Ambiental e formação em saúde: diálogos, narrativas e vivências* de autoria de Leonardo Cavalcanti Rosas, Allan Mangabeira Macedo e Laísa Maria Freire da UFRJ, trata da análise de um relato de um discente de graduação na área da saúde, sobre suas experiências formativas em um programa de Educação Ambiental. O trabalho se desenvolve no âmbito de um Programa Curricular de Educação Ambiental (PCEA), presente no currículo do curso de graduação em Psicologia, em uma universidade privada do estado do Rio de Janeiro. Os autores partem da narrativa do discente sobre as atividades práticas em um território vinculado à uma Unidade de Saúde, articulando conceitos de vulnerabilidade e injustiça às práticas de cuidado ambiental e em saúde. Os autores percebem uma aproximação pedagógica com a Educação Ambiental Crítica, uma vez que a proposta curricular em análise pela via do sujeito se distancia do antiecológico, apostando na práxis política, na interdisciplinaridade e no cuidado integral como propostas pedagógicas. A narrativa presente no trabalho permitiu aos autores ancorar o debate sobre a relação saúde e ambiente a partir de uma vivência discente em uma atividade curricular de EA na formação do profissional de saúde.

Para fins de sistematização e registro das análises realizadas, optamos por categorizar e destacar algumas temáticas mais evidentes, compreendendo que elas ocuparam um lugar enunciativo desse encontro entre a EA e EP nas pesquisas do GDP. No entanto, cabe salientar, que outros temas como racismo ambiental e (in)justiça ambiental também atravessam os trabalhos apresentados, o que leva a crer que são temáticas que contribuíram para a construção de um diálogo entre esses dois campos.

3 O encontro presencial do GDP Educação Ambiental e Ecologia Política

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente, a gente rende.
Nego Bispo (2023, em memória)

No livro *A terra dá, a terra quer* de Antônio Bispo dos Santos (2023), encontramos uma cosmovisão que traduz a metáfora citada durante o encontro presencial do GDP *Educação Ambiental e Ecologia Política*. A citação trata sobre o múltiplo significado que envolve a confluência entre dois rios. São rios que possuem características e trajetórias distintas e, ao se aproximarem, um rio conflui com o outro. Mesmo na confluência, nenhum deles perde suas características próprias e nem o legado de sua história. Os rios seguem mais fortalecidos rumo ao oceano. Esta metáfora ajuda traduzir alguns significados que surgiram no GDP *Educação Ambiental e Ecologia Política*, pois falamos da convergência, ou melhor, da confluência entre campos científicos distintos, com histórias e trajetórias diferentes. Por possuírem afinidades políticas e teóricas na forma de conceber o debate e as estratégias para a transformação do padrão societário dominante, os campos confluem sem se perderem de si e seguem renovados e fortalecidos com novos aportes.

Em especial, como educadores/as e participantes do EPEA, temos o compromisso com o fortalecimento do campo da Educação Ambiental. Para tal, nesta seção final, apresentamos alguns aspectos extraídos das pesquisas, vivências e debates do GDP *Educação Ambiental e Ecologia Política* em 2023, visando apresentar elementos que possam contribuir com a pesquisa em Educação Ambiental.

Cabe destacar que este GDP compreende que tanto no campo da Educação Ambiental como na Ecologia Política existem posições distintas e, até mesmo, antagônicas sobre a questão ambiental, em que convivem, no interior de suas abordagens teóricas e metodológicas, diferentes correntes políticas. Na Educação Ambiental, as macrotendências conservacionista, pragmática e crítica (Layrargues; Lima, 2014). Na Ecologia Política, reconhecemos que existem abordagens que apontam para uma visão essencialista no tratamento da questão ambiental e outras que possuem forte adesão com perspectivas críticas e com o pensamento latino-americano.

Na direção que emerge do Sul global, há a valorização na EP, segundo Leff (2021, p. 335), de uma política da diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos, a partir de suas estratégias de emancipação para a descolonização do saber, da reinvenção dos territórios e da reapropriação da natureza. Nessa direção de potencializar a compreensão do habitar colonial do mundo, as condições de vida degradantes desde o Sul global, na EP há o reconhecimento do papel do racismo e do colonialismo na definição de quem está mais vulnerável à problemática ambiental. Segundo o martinicano Malcom Ferdinand (2022) a destruição ambiental e o legado colonial estão ligados, tanto em sua origem como em suas nefastas consequências, expressos no abandono do Outro, na eliminação do Outro, no sacrifício do Outro, na subjugação do Outro e na construção de um mundo às custas do mundo dos Outros.

Imersos nesta compreensão, os dois encontros presenciais do GDP *Educação Ambiental e Ecologia Política* aconteceram em maio de 2023, durante o XI EPEA, na cidade de Salvador (BA). No primeiro momento (em cada um dos encontros) houve apresentação dos trabalhos que foram submetidos ao GDP e, posteriormente, o momento coletivo de discussão sobre as pesquisas. Em resumo, foram apresentados 14 trabalhos que trouxeram referenciais

da EP na pesquisa em EA, sendo quatro pesquisas teóricas e dez empíricas. Isso revela um importante dado de amadurecimento do campo nas pesquisas: a articulação teoria-prática nas pesquisas em EA que cuidam de tal relação de interesse acadêmico.

Uma análise desses trabalhos e das discussões do GDP nos permitiu identificar alguns aspectos que podem ser úteis para contribuir com a reflexão sobre o campo da Educação Ambiental a partir de um diálogo com a Ecologia Política, visando trazer aportes para este GDP nas suas próximas edições do EPEA. Destacamos, portanto, cinco aspectos: 1) existem confluências e fronteiras no diálogo entre a Educação Ambiental e a Ecologia Política; 2) as temáticas e referências teóricas do GDP apontam que este diálogo é estabelecido a partir da macrotendência político-pedagógica da Educação Ambiental Crítica e da perspectiva latino-americana da Ecologia Política; 3) as metodologias incorporadas pelas pesquisas buscam diluir as fronteiras entre ciência, arte e os saberes populares; 4) a análise das relações de poder parece marcar lugares de confluência entre EA e EP; e, 5) a noção de dignidade e da pedagogia do cotidiano das lutas se faz presente nos trabalhos e podem trazer importantes elementos para práxis educativa ambiental.

A priori, buscou-se compreender quais os lugares possíveis da Ecologia Política dentro da Educação Ambiental, quais as chaves de leitura, a partir de quais temáticas se constrói, ou não, essa confluência entre os campos e em qual perspectiva ou macrotendência do campo teórico da Educação Ambiental se estabelece nesse diálogo com a Ecologia Política. Essas foram algumas das questões que orientaram os debates do GDP.

Nesse caminho de reflexão - considerando que já existe um movimento que busca realizar essa articulação da EA-EP por meio da construção de uma convergência teórica, bem como numa aproximação em eventos e espaços acadêmicos - o grupo entendeu que mesmo havendo esse movimento com potencial de fortalecimento, ainda se trata de uma aproximação tímida. Nessa direção, Silva *et al* (2021) buscaram compreender como vem sendo pensada a pesquisa em Educação Ambiental no Brasil em sua relação com o campo da Ecologia Política, a partir dos artigos publicados ao longo de 10 edições do EPEA. Embora tenha havido uma baixa presença/frequência da referência ao campo da EP nos trabalhos em EA, as autoras consideram que há um crescimento e uma tendência futura contínua dessa relação. As categorias discutidas neste trabalho, bem como as temáticas identificadas pelas autoras, quais sejam *Conflito, Participação e Território*, são indicadas como chaves de leitura para convergências na relação entre EA-EP, a qual nos permite pensar práticas sociais como estratégicas para o debate e o enfrentamento da conjuntura política, em que paira um negacionismo da ciência e uma invisibilização das questões ambientais agudas envoltas no agronegócio, na pandemia, na emergência climática e nos conflitos socioambientais. Semelhante levantamento também pode ser visto em Angeli (2017) que, ao caracterizar o contexto de produção das teses e dissertações em Educação Ambiental que problematizam o conceito de Justiça Ambiental, central na EP, em um corpus documental de somente 23 trabalhos, sendo 18 dissertações de mestrado e cinco teses de doutorado, concluídas no Brasil no período de 1981 a 2014.

Os participantes do GDP observaram que apesar das afinidades políticas e teóricas, seria necessário (para aprofundar o debate) enfatizar as distinções entre os campos. Nesse caminho, destacou-se que além da história e trajetória particular de constituição de cada campo científico, outra particularidade é que as finalidades da Educação Ambiental e da Ecologia Política são distintas.

Enquanto a Ecologia Política, ainda que expressa em algumas vertentes, é um campo de conhecimento que vai investir na compreensão de práticas sociais que convergem em conflitos ambientais e nas relações de poder assimétricas que geram injustiças ambientais, com o objetivo de impulsionar novas vias de construção de sociedade culturalmente diversas e

ecologicamente sustentáveis (Leff, 2021), a Educação Ambiental se debruça, em termos de finalidade, sobre os processos educativos que existem no contexto destas relações de poder.

A Educação Ambiental investiga e/ou constrói processos educativos, em que se vinculam saberes que podem atuar como parte de uma estrutura para reprodução do *status quo* ou para revisão dos processos de injustiça ambiental associados à dominação colonial, os quais acentuam o sofrimento dos racializados, dos pobres e das mulheres. Neste caso, a EA pode contribuir para posicionar processos de cunho emancipatório, mirando histórias e vivências de sujeitos em aliança com a natureza e que afirmam a necessidade, segundo Rufino, Camargo e Sanchez (2020), de uma *política de vida que contrarie a política do esquecimento*, em uma perspectiva de escuta atenta a outros modos de produção de saberes, de existência e de re-existência.

Sem entrar em maiores detalhes acerca deste extenso debate que envolve o lugar dual e ambíguo que é o processo educativo, chamou atenção, por exemplo, alguns poucos trabalhos do GDP que focaram em uma abordagem voltada mais para a leitura descritiva dos conflitos ambientais, sem analisar as implicações dos conflitos aos processos educativos, apesar de situar o artigo no campo da pesquisa em Educação Ambiental. Essa observação talvez aponte para uma possível fronteira de difícil transposição, ou seja, algumas pesquisas do GDP que trazem uma centralidade na temática dos conflitos ambientais revelaram uma tímida problematização do fenômeno educativo. Assim dizendo, o tema dos conflitos ambientais quando refletido apenas a partir da análise do fenômeno, sem destacar para os processos educativos emergentes, pode revelar um distanciamento neste diálogo entre os campos da EA/EP. O que pareceu importante enfatizar no GDP é que existem confluências e fronteiras, sendo que as fronteiras podem ser percebidas pelas finalidades de cada campo.

O segundo aspecto em destaque no GDP refere-se às variadas temáticas dos trabalhos apresentados analisadas na seção anterior. Os/as participantes ressaltaram que uma marca dos trabalhos deste GDP foi a relação dialética entre o coletivo e o individual, em que o/a pesquisador/a trouxe temáticas ligadas ao grupo de pesquisa do qual participa e que tem repercussão nos interesses individuais de cada investigador/a.

No ano de 2023, o tema dos movimentos sociais apareceu em alguns trabalhos, embora não tenha sido a temática central. Assim como, os conflitos ambientais tiveram seu espaço presente nos temas das pesquisas, porém, apenas quatro trabalhos apresentam casos específicos de conflitos nos territórios. Isso leva a crer que a temática dos conflitos ambientais, não necessariamente, parece ser o único fio condutor deste diálogo entre a EA e EP. Uma tendência que parece prevalecer na história deste GDP é a ausência de discussão sobre escola básica na relação com a pesquisa EA e EP. Isso parece indicar uma dificuldade em analisar fenômenos educativos escolares à luz de tal confluência ou ainda a possibilidade de tais trabalhos estarem sendo apresentados em outros GDPs.

No que concerne à fundamentação teórica utilizada nos artigos para abarcar os variados temas destacados na seção anterior, nota-se haver uma intencionalidade política de alguns pesquisadores/as por enfatizar o diálogo com autores/as negros/as, indígenas, das filosofias afrodiáspóricas e do quilombismo. A geografia crítica, a análise discursiva numa perspectiva decolonial, as epistemologias de sul, a Educação em Saúde (ES), também foram referenciais teóricos adotados nas pesquisas. Pode-se dizer que o *sulear* na Educação Ambiental foi mais um marco nos debates deste GDP.

Notamos, contudo, algumas ausências importantes, além das já citadas, que podem indicar outros elementos para reflexão. Entre os 14 textos enviados ao GDP, apenas três trazem Paulo Freire no referencial teórico. Este elemento está na contramão de alguns dados sobre o pensamento freiriano no campo da Educação Ambiental no país, pois, conforme apresentado por Loureiro e Torres (2014), Freire está como um dos principais autores citados nas publicações sobre Educação Ambiental no Brasil. De forma semelhante, é interessante

notar que no VIII EPEA, edição de 2015, Layrargues e Puggian (2016) destacaram certa ausência de referências em relação à Educação Popular neste GDP. Este fato causou surpresa, porque, segundo eles, trata-se de um campo que, igualmente, possui fortes afinidades entre a Educação Ambiental Crítica, a Justiça Ambiental e a Ecologia Política (Layrargues; Puggian, 2016, p. 77).

Já nas edições posteriores, em 2017 e 2019, a Educação Popular apareceu com mais evidência em artigos que tratavam de iniciativas de Educação Ambiental Crítica em articulação com os movimentos sociais. Na edição do EPEA de 2023, observamos que a aproximação entre a Educação Ambiental e a Educação Popular foi trabalhada com mais ênfase na proposta da Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC), visto que ela assume nas suas raízes a concepção Crítica, a Educação Popular e a Ecologia Política Latino-americana. Ainda sobre a reflexão desse fato relatado, observamos alguns artigos que trazem referências da Educação Popular a partir do diálogo com Carlos Rodrigues Brandão. Eis, também, a novidade de um autor que se fez presente em três artigos que trazem elementos da Educação Popular e do debate decolonial: Luiz Rufino, em sua obra *A Pedagogia das Encruzilhadas* (2019).

Apesar de certa timidez na expressão da Educação Popular nos trabalhos submetidos nessa edição, é perceptível o *espírito freiriano* nos artigos e debates do GDP, visto que foi alimentada a proposta pedagógica de Freire sobre a relação denúncia/anúncio, sobretudo na temática sobre *relações de poder*. Em suma, nos pareceu sobressair nos trabalhos e debates uma intencionalidade por *denunciar* injustiças, racismos, zonas de sacrifícios, comunidades atingidas, etc. e *anunciar* processos pedagógicos que emergem do cotidiano das lutas nos territórios. Afinal, Freire nos ensinou: [...] *o pensamento profético não apenas fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, denunciando-a, anuncia um mundo melhor* (FREIRE, 2000).

Foi observado outro aspecto importante sobre a fundamentação teórica utilizada nos artigos, pois ficou perceptível o posicionamento com a macrotendência político-pedagógica da Educação Ambiental Crítica. Nessa trilha de observação e buscando compreender em qual perspectiva do campo teórico da Educação Ambiental há um diálogo com a Ecologia Política, o GDP indicou que não é com qualquer abordagem da Educação Ambiental, mas sim, com a perspectiva Crítica. A chamada Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC), que se apresenta na vertente crítica, também contribuiu para compreender esse dado. Portanto, sobre esse segundo aspecto destacado no GDP, apontamos que a confluência entre estes dois campos científicos foi estabelecido a partir da macrotendência político-pedagógica da Educação Ambiental Crítica e da perspectiva Latino-americana da Ecologia Política.

O terceiro aspecto que destacamos diz respeito aos procedimentos metodológicos das pesquisas, visto que durante os encontros presenciais houve o diálogo sobre uma série de métodos utilizados nos trabalhos do GDP. Uma característica chamou atenção: as metodologias das pesquisas buscam, fundamentalmente, diluir as fronteiras entre a ciência, a arte e os saberes populares. Conforme relato de alguns participantes, observamos: *metodologias engajadas nos espaços e territórios; metodologias sensíveis e mais profundas, metodologias com uma escuta qualificada, metodologias não extrativistas, etc.* Encontramos inovações em propostas que trazem a Análise Crítica de Discurso, a Investigação Ação Participativa e a Investigação Temática Freiriana, propondo a Pesquisa Ação Pedagógica.

Com relação aos referenciais metodológicos, tivemos trabalhos com uso de recursos da Observação Participante, Análise Crítica de Discurso, Análise de Conteúdo, Investigação Ação Participante, Investigação Temática, além do uso da análise documental, da intervenção artística (literatura e audiovisual), dentre outros como procedimento metodológico. Sobre este aspecto no GDP, os debates apontaram para uma postura ética, solidária, atenta e sensível do/a pesquisador/a para com os sujeitos da pesquisa. Observou-se, também, o movimento de

os/as pesquisadores/as apresentarem quem são eles/as no contexto da pesquisa e qual a sua implicação com aquele problema-território-contexto.

Outra questão destacada pelos/as participantes foi sobre a importância das pesquisas fazerem um recorte mais claro sobre gênero, raça e classe. Assinalam que esse aspecto também favorece investigar o lugar das mulheres nos conflitos ambientais, suas lutas, o ecofeminismo e suas potências pedagógicas. De forma geral, também observamos que as metodologias utilizadas nas pesquisas trazem fortes elementos da Educação Popular e da decolonialidade, embora nem todos os trabalhos tragam estas perspectivas nas suas referências.

No quarto aspecto dessa seção, destacamos que uma das questões que orientou o debate buscava compreender quais eram as temáticas-chave para essa confluência entre os campos da Educação Ambiental e da Ecologia Política. Observamos, portanto, que os debates levaram a compreender que existe um fio condutor nesta confluência, cuja especificidade está na análise das relações de poder que tensionam a relação humanidade-natureza na conjuntura capitalista.

Percebemos, por exemplo, que em variados graus de destaque, a grande maioria dos trabalhos traz as relações de poder como foco de reflexão, mesmo que isso não esteja escrito explicitamente, percebemos na análise entre temáticas que há confluências nesta direção. Relações essas que evidenciam as disputas pelos distintos projetos de sociedade, as formas de uso e distribuição dos bens naturais, bem como as disputas entre projetos/concepções de Educação Ambiental. Os participantes do GDP enfatizaram, também, a importância da análise sobre *como e de que forma* os processos educativos ambientais se colocam frente às relações de poder.

Citaram, como exemplo, uma pesquisa que analisou os discursos mobilizados por empresas de mineração que revelam forças ideológicas e hegemônicas e que encontram ancoragens na Educação Ambiental para sustentar o modelo do desenvolvimento sustentável, mascarando seus impactos e conflitos. Reconheceram também a análise das relações de poder em pesquisas que revelam conflitos ambientais e a desterritorialização de atingidos e comunidades tradicionais, bem como no artigo que trata do sistema agroecológico *versus* sistema agroalimentar. As relações de poder também aparecem, nas entrelinhas, no trabalho que aborda a relação ambiental com o campo da Educação em Saúde (ES), assim como nas análises sobre o movimento indígena do Acampamento Terra Livre (ATL).

Em suma, observamos que existe uma especificidade na análise sobre as relações de poder nos trabalhos deste GDP *Educação Ambiental e Ecologia Política*. No entanto, parece sobressair a intencionalidade em observar os processos educativos no contexto das relações de poder, revelando as faces contraditórias destes processos. Durante o debate sobre este tema, os participantes citaram sobre a *pedagogia que emerge do cotidiano das lutas*.

Por fim, o quinto aspecto que destacamos diz respeito ao contexto das pesquisas do GDP que buscam evidenciar o *cotidiano das lutas por dignidade*. A palavra dignidade não aparece nas pesquisas do GDP, no entanto, os debates presenciais levaram a compreender que existe uma importância sobre essa questão nas pesquisas. Dando destaque para um trecho do discurso de um dos participantes: *É a luta pela dignidade no combate a desumanização instaurada pela colonialidade!*

Se na edição do IX EPEA, em 2017, a *Pedagogia da Resistência* apareceu como ideia-força estruturante da Educação Ambiental realizada pelos Movimentos Sociais e no EPEA seguinte, a *ação das mulheres* e a *dimensão pedagógica da luta ambiental* foram as mais proeminentes, os debates deste GDP de 2023 apontaram, entre outras questões, para pesquisas que também colocam uma lente nos *processos educativos do cotidiano das lutas pela dignidade humana*. Consideramos que as pesquisas deste GDP, em suas particularidades,

concretizam a intencionalidade pedagógica da denúncia da opressão e o anúncio de inéditos-viáveis.

Referências

ANGELI, T. *Significados sobre Justiça Ambiental nas Pesquisas em Educação Ambiental: Uma análise a partir de teses e dissertações brasileiras*. 2017. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências do Campus de Rio Claro, programa de Pós-graduação em Educação, Rio Claro, 2017.

BISPO DOS SANTOS, A. *A terra dá, a terra quer* / Antônio Bispo dos Santos. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

BRANDÃO, C. M.; LIMA, M. J. G. S. A favela é o quintal onde jogam os lixos: cinema, literatura, educação e injustiça ambiental. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

CARDOSO, V. A. R.; COSENZA, A. Os discursos da mineração e seus efeitos à educação ambiental. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. No prelo.*

CASTRO, D. L. D.; COSENZA, A; EPPRECHT, G. T. Saberes, Conflitos e Narrativas da Comunidade Carroceira. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

FERDINAND. M. *Uma Ecologia Decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubub Editora, 2022.

FREIRE, P. *Pedagogia da indignação*. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

JESUS JUNIOR, C. O que há no canto da lama?. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. No prelo.*

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40. jan./mar. 2014.

LAYRARGUES, P. P.; PUGGIAN, C. A Educação Ambiental que se aprende na luta com os Movimentos Sociais: Defendendo o território e resistindo contra o desenvolvimentismo capitalista. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 13, n. 1, p. 131-153, 2018.

LAYRARGUES, P. P.; PUGGIAN, C. Convergências na Ecologia Política: Quando a Educação Ambiental abraça a luta por Justiça Ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 11, n. 2, p. 72-82, 2016.

LAYRARGUES, P. P.; PUGGIAN, C.; KASSIADOU, A.M. Educação, Movimentos Sociais e Mulheres: Redes de Articulação e Resistência. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 15, n. 1, 2020.

LEFF, E. *Ecologia Política*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2021.

LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R. *Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

OLIVEIRA, C. A.; PELACANI, B.; SÁNCHEZ, C. A práxis na formação coletiva de educadoras ambientais comunitárias em Magé, RJ. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. *Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

OLIVEIRA, F. C.; PINTO, V. P. S. Quilombo como movimento socioterritorial e socioambiental: potencialidades do quilombismo no combate ao racismo ambiental. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. *Anais[...]* Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

PLÁCIDO, P. O.; CASTRO, E. M. N. V. Conflitos, vulnerabilidades e resistências na Baía de Guanabara e Sepetiba/RJ. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. *Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

PELACANI, B.; GUERRA, E. F. Educação Ambiental e as lutas dos povos indígenas. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. *Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

REIS, N. B. L. *et al.* Ordenamento Pesqueiro e o Colonialismo: desterritorialização e re-existências na comunidade pesqueira artesanal da praia do Siqueira - Cabo Frio, RJ. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. *Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

ROSAS, L. C.; MACEDO, A. M.; FREIRE, L. M. Educação Ambiental e formação em saúde: diálogos, narrativas e vivências. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. *Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

RUFINO, L.; CAMARGO, R. D.; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental desde El Sur: A perspectiva da Terexistência como Política e Poética Descolonial. In: *Revista Sergipana de Educação Ambiental - REVISEA*, São Cristóvão, Sergipe, v. 7, Número especial, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revisea/article/view/14520>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SANTOS, T. M. Conflitos ambientais da desterritorialização de Itueta/MG: possibilidades para a Educação Ambiental Crítica. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. *Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

SATO, M. *Educação Ambiental: tessituras de esperanças*. /Michèle Sato, Regina Silva, Michelle Jaber. Cuiabá, MT: Editora Sustentável, EdUFMT, 2018.

SATO, M; PASSOS, L. A. Arte-Educação-Ambiental. *Ambiente & Educação (FURG)*, v. 14, p. 43-59, 2009.

SCHITTINI, C.; COSENZA, A. Plantas Alimentícias Não Convencionais nos Quintais: as educabilidades das *grietas* no sistema agroalimentar. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVA, C. N.; COSENZA, A. Paleontologia e Educação Ambiental: discursos e significações em Material Educativo Informativo na Rota das Grutas Peter Lund, MG. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVA, M. A.; SILVA, C. N.; COSENZA, A.; MILANÉS, O. Quando a Educação Ambiental enuncia a Ecologia Política: o que dizem os anais do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental?. *Revista Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 16, n. 2, p.10-25, dez. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18675/2177-580X.2021-15045>. Acesso em: 6 abr. 2022.

VANDANEZI, F.; COSENZA, A. A feira agroecológica orgânica enquanto espaço deeducabilidade: o que documentos internos da Associação MOGICO anunciam. *In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, UFBA, 11, 2023, Salvador, BA. Anais[...]*. Campina Grande-PB, 2023. Disponível em: <https://shre.ink/ghl8>. Acesso em: 16 out. 2024.